

PREGAO ELETRÔNICO Nº 45/2021.
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2021/.....

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Secretário da Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações Srº Deivid Moraes Mendes, inscrito no CPF sob nº 989.438.470-68, e de outro lado à empresa, CNPJ n.º, estabelecida na, Bairro, em, neste ato representada pelo Sr., portador do RG nº, doravante denominada **COMPROMISSIONÁRIA**, de conformidade com o Edital de **Pregão Eletrônico nº 45/2021 – Sistema de Registro de Preço**, celebram o presente **Compromisso de Registro de Preço** de acordo com a Lei Municipal nº 6.306/2006, com o decreto Municipal nº 9.294/2006 e, subsidiariamente, com a Lei nº 8.666/1993, bem como com os termos constantes no Edital e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente Termo é o Registro de Preços para **Aquisição de Hortifrutigranjeiros**, em conformidade com o Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S): O fornecedor compromete-se a fornecer o(s) item(ns) conforme a descrição abaixo:

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
01	340	Kg	Abacate		
02	300	Kg	Abobrinha Italiana		
03	26	Kg	Agrião		
04	400	Kg	Aipim		
05	78	Kg	Alface Crespa		
06	75	Kg	Alho		
07	750	Kg	Batata doce		
08	2500	Kg	Batata inglesa tipo 01		

09	300	Kg	Berinjela		
10	500	Kg	Beterraba sem rama		
11	500	Kg	Brócolis		
12	140	Kg	Caqui		
13	1300	Kg	Cebola		
14	750	Kg	Cenoura sem rama		
15	600	Kg	Chuchu		
16	600	Kg	Couve flor de 1ª qualidade, unidade com + ou - 1Kg.		
17	300	Kg	Couve mineira		
18	80	Kg	Espinafre		
19	420	Kg	Milho verde		
20	500	Kg	Moranga kabutia		
21	848	C/ 30 ovos	Ovos brancos tipo 01		
22	400	Kg	Pepino salada		
23	300	Kg	Pimentão verde de primeira qualidade, unidade média de 150 g.		
24	300	Kg	Repolho verde de primeira qualidade, com peso mínimo de 2 kg.		
25	50	Kg	Rúcula		
26	75	Kg	Tempero verde		
27	1600	Kg	Tomate paulista de primeira qualidade com +ou-100 G A unidade.		
28	1350	Kg	Abacaxi de primeira qualidade (peso médio 1kg a unidade)		
29	150	Kg	Ameixa		
30	3000	Kg	Banana prata de primeira qualidade, em grau médio		

			de amadurecimento, em média 100 ga unidade.		
31	1400	Kg	Bergamota		
32	160	Kg	Goiaba IN – Natura		
33	100	Kg	Kiwi Nacional		
34	3000	Kg	Laranja para suco		
35	200	Kg	Limão Taiti		
36	3000	Kg	Maça fugi		
37	750	Kg	Mamão formosa, unidade + ou – 2 kg, embalados em caixas de madeira com, no máximo, 10 unidades.		
38	700	Kg	Manga (fruta)		
39	190	Kg	Maracujá		
40	400	Kg	Melancia		
41	100	Kg	Melão		
42	200	Kg	Morango		
43	200	Kg	Pera		
44	200	Kg	Pêssego		
45	200	Kg	Uva rosa dedo de dama		
46	400	Kg	Vagem		
47	250	Kg	Repolho Roxo		
VALOR TOTAL GLOBAL:					

Parágrafo Único: Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS: Os preços serão revisados em consonância com a Teoria da Imprevisão, que exige para sua ocorrência a comprovação

real da ocorrência real de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: Quando a revisão decorrer do fato do preço registrado pelo fornecedor melhor classificado tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Departamento de Licitações e Contratos – DLC convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, convocando-se, na ordem de classificação, para idêntica negociação, os demais fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento motivado e apresentado antes do pedido de fornecimento, solicitar revisão do preço e esta não seja atendida pela Administração, o Departamento de Licitações e Contratos – DLC poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, uma vez confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

As contratações derivadas deste Termo de Compromisso, sejam por empenho ou por instrumento de contrato, só podem ser firmadas até o término do prazo de validade do Registro de Preços, prazo este de 12 (doze) meses a contar da homologação do Pregão que lhe deu origem.

Parágrafo Primeiro: Cada contratação efetuada tem prazo de vigência próprio, conforme previsto no termo firmado, seja por empenho ou por instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária indicada pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, no prazo de 60(sessenta) dias a contar, na respectiva fase de pagamento, da liquidação da despesa.

Parágrafo Único: A liquidação da despesa dar-se-á uma vez ocorrido o recebimento definitivo do objeto por parte da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO: A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art.7º, do Decreto Municipal 9.294/2006.

Parágrafo Primeiro: A Administração poderá notificar fornecedor remanescente, na ordem classificatória de menor para o maior preço registrado, para assinar Termo de Compromisso quando o detentor original tiver seu registro de preço cancelado.

Parágrafo Segundo: Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o

MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com as solicitadas pelo MUNICÍPIO, observando-se o preço desse primeiro classificado.

Parágrafo Terceiro: Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pelas Secretarias do Município.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSIONÁRIA: A COMPROMISSIONÁRIA, além das obrigações contidas no Termo de Referência, obriga-se a:

- a) Fornecer o(s) item(ns) conforme estipulado no certame licitatório;
- b) Efetuar a entrega do(s) item(ns) na Secretaria solicitante, sem ônus para este Município.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS: O preço registrado poderá ser cancelado ou suspenso nos seguintes casos:

I – Pela Administração, quando:

- a) O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;
- b) Ocorrer descumprimento das condições da Ata ou inexecução total ou execução parcial do Contrato decorrente do Registro de Preços;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado;
- e) O fornecedor não retirar ou não quiser receber a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sem justificativa aceitável.

II - Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito:

- a) Acompanhada da comprovação da impossibilidade de cumprirem as exigências do Edital da licitação, do Termo de Referência ou das normas estabelecidas neste Termo de

Compromisso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Notificação ou Nota de Empenho;

b) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, comprovados.

§ 1º A solicitação de cancelamento do preço registrado deverá ser protocolada e dirigida ao Gabinete de Compras, para devida análise.

§ 2º Caso não sejam procedentes as razões do pedido de cancelamento do registro de preços, a Administração poderá aplicar as penalidades previstas neste Termo de Compromisso.

§ 3º A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preços não o desobriga do fornecimento dos produtos já contratados, seja através de empenho ou mesmo de instrumento de contrato.

§ 4º Enquanto perdurar o cancelamento ou suspensão do preço registrado, poderão ser realizadas licitações ou coletas de preços para aquisição de bens constantes no Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste, representado pela nota de empenho ou instrumento de contrato, a Administração poderá aplicar aos detentores do Registro de Preço, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Único – As multas que poderão ser aplicadas são as seguintes:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias na entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado 30 (trinta) dias;

b) Em caso de execução parcial ou irregularidade na entrega do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de empenho;

c) Transcorrido 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, poderá ser considerado rescindido o contrato, cancelado o registro de preço e aplicada multa

de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO: Compete à Secretaria solicitante da contratação oriunda do registro de preços a indicação dos agentes responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO: Fica eleito o Foro da cidade de Rio Grande/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Termo e pelas contratações efetuadas (nota de empenho ou instrumento de contrato), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Departamento de Licitações e Contratos, de de 2021

.....

Compromissionária

.....

Secretário da Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social

Deivid Moraes Mendes

Secretário da Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações

cc. SMF/SMCAS/DLC/COMPROMISSIONÁRIA

FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO

Em virtude de estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável nomeia como Fiscal do Contrato o (a) Senhor (a).

_____ e _____
_____ o (a) senhor
(a) _____.

ciente:

Fiscal administrativo/Responsavel pelo recebimento

Fiscal administrativo/Responsavel pelo recebimento

.....
Secretário de Município de

Rio Grande, de de 2021